

# LIMITES DO PÓS-DESENVOLVIMENTO NA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

<https://doi.org/10.4215/rm2022.e21001>

Maiara Tavares Sodré <sup>a\*</sup> - Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol <sup>b</sup>

(a) Doutora em Geografia. Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati (PR), Brasil.

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-8848-098X>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/0311116103802731>.

(b) Doutora em Geografia. Professora da Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente (SP), Brasil.

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-5073-8308>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/9262661934864680>.

## Article history:

Received 06 June, 2021  
Accepted 02 November, 2021  
Published 15 January, 2022

## (\* ) CORRESPONDING AUTHOR

**Address:** Rua Professora Maria Rosa Zanon de Almeida, CEP: 84505677, Irati (PR), Brasil. Tel: (+55 42) 34213000.

**E-mail:** maiara.sodre@hotmail.com

## Resumo

Composta por autores com diferentes focos analíticos e por temas bastante diversificados, a corrente teórica denominada pós-desenvolvimento despontou na década de 1980 de maneira fortemente comprometida com uma crítica radical à ideia de desenvolvimento. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo consiste em analisar a base teórico-propositiva do pós-desenvolvimento, avaliando a consistência de seus argumentos e a existência de coerência entre tal base argumentativa e o direcionamento propositivo dessa corrente. Para isso, propõe-se, inicialmente, uma abordagem das principais questões levantadas pelo pós-desenvolvimento, com especial atenção às suas duas principais vertentes de crítica à ideia de desenvolvimento. Na sequência, realiza-se uma contra-argumentação às críticas anteriormente discutidas, de modo a demonstrar suas inconsistências e possíveis contribuições ao campo reflexivo e operacional da ideia de desenvolvimento. Com base em tal debate, conclui-se que o pós-desenvolvimento permite uma crítica válida e necessária, desde que orientada para o aprimoramento de projetos de desenvolvimento voltados para o enfrentamento da realidade objetiva de grande parte da população brasileira e mundial. No entanto, despido desse necessário enfoque prático e da consciência da gravidade do quadro social vivenciado por diversas populações, o pós-desenvolvimento pouco pode aportar para a superação do histórico de falhas das diferentes propostas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Pós-Desenvolvimento, Desenvolvimento Alternativo, Crítica Teórico-Propositiva.

## Abstract / Resumen

### LIMITS OF POST-DEVELOPMENT IN THE CRITIQUE OF DEVELOPMENT

The theoretical current known as post-development emerged in the 1980s. Its proponents were authors with different analytical focuses and diversified themes, firmly committed to a radical critique of the idea of development. In this regard, this article aims to analyze post-development's theoretical and propositional basis, evaluating its arguments' consistency and the coherence between the basis of this argument and its propositional direction. Initially, the main issues raised by post-development are examined, paying particular attention to the two main strands of criticism of the concept of development. Next, there is a counterargument to the criticisms discussed above to demonstrate their inconsistencies and possible contributions to the reflexive and operational development field. Based on this debate, it is concluded that post-development makes valid and necessary criticisms, if these are intended to improve development projects that aim to address the objective reality of a large part of the Brazilian and global population. However, stripped of this crucial practical focus and an awareness of the gravity of different populations' social situations, post-development contributes little to overcome the history of failures of different development proposals.

**Keywords:** Development, Post-Development, Alternative Development, Theoretical-Propositional Critique.

### LÍMITES DEL POSDESARROLLO EN LA CRÍTICA AL DESARROLLO

Compuesta por autores con diferentes enfoques analíticos y una gran diversidad de temas, la corriente teórica denominada posdesarrollo surgió en la década de los ochenta de una manera fuertemente comprometida con una crítica radical a la idea de desarrollo. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo analizar la base teórico-proposicional del posdesarrollo y evaluar la consistencia de sus argumentos y la existencia coherencia entre dicha base argumentativa y la dirección proposicional de esta corriente. Para ello, se propone inicialmente un acercamiento a las principales cuestiones que se plantean en torno al posdesarrollo, con especial atención a sus dos principales vertientes de crítica a la idea de desarrollo. Posteriormente, se presentaron contraargumentos a las críticas previamente discutidas con el fin de demostrar inconsistencias y posibles aportes al campo reflexivo y operacional de la idea de desarrollo. A partir de tal debate, se concluye que el posdesarrollo permite una crítica válida y necesaria, siempre que se oriente a la mejora de proyectos de desarrollo enfocados a enfrentar la realidad objetiva de gran parte de la población brasileña y mundial. Sin embargo, despojado de este necesario enfoque práctico y de la conciencia de la gravedad de la situación social que viven las distintas poblaciones, el posdesarrollo poco puede contribuir a superar la historia de fracasos de las diversas propuestas de desarrollo.

**Palabras-clave:** Desarrollo, Posdesarrollo, Desarrollo Alternativo, Crítica Teórico-Proposicional.

## INTRODUÇÃO

Um olhar não muito detido sobre o curso histórico do termo desenvolvimento permite perceber que a ideia (transformação de corte positivo) já se revestiu de diversas roupagens, preconizou diferentes projetos e levou a cabo processos, frequentemente, pouco compatíveis com a concretização da ideia em bases democráticas. Mais recentemente, a trajetória do desenvolvimento sofreu uma nova guinada, com a difusão da ideia de desenvolvimento alternativo – com base em participação popular, priorização de segmentos socialmente vulneráveis e no protagonismo da escala local – na retórica dos principais organismos multilaterais (PIETERSE, 2010). Ocorre que esses discursos bastante sonoros nem sempre se mostram coincidentes com as práticas ainda verificadas nas organizações internacionais e na política externa do G-8.

Parcialmente derivada do entendimento de Pieterse (1998), certa corrente teórica entendeu que, apesar da legitimidade de emprego discursivo da terminologia “desenvolvimento alternativo”, na prática, o mesmo jamais implicou em um distanciamento das perspectivas hegemônicas ou em uma ruptura com a histórica contradição entre o discurso e a prática do desenvolvimento. A constatação dessa lógica levou determinados autores a propor e difundir uma linha de pensamento que não propõe reformas na construção das propostas de desenvolvimento, e sim a demolição do seu edifício (SACHS, 2010a). Tal grupo de autores optou por recusar terminantemente o termo desenvolvimento e atribuir à essência da ideia a responsabilidade pelos projetos e processos impositivamente prescritos.

O texto que segue explora a visão de tais autores e, na sequência, analisa criticamente as limitações e inconsistências – sem desconsiderar algumas válidas contribuições – que a corrente teórica conhecida como pós-desenvolvimento apresenta. O objetivo central do artigo consiste em analisar o conteúdo teórico e propositivo do pós-desenvolvimento, avaliando a consistência de sua base argumentativa e a coerência entre esta e a orientação propositiva da corrente. Nesse sentido, a contra-argumentação realizada à perspectiva pós-desenvolvimentista tende a nortear-se pela compreensão de que projetos de desenvolvimento podem conduzir a processos autênticos de transformação positiva na vida das pessoas, ainda que sofram constrangimentos e imposições estruturais. Melhor dizendo, embora historicamente deturpada por projetos e processos enganosos, a ideia de desenvolvimento não precisa ser execrada junto com seus maus usos.

## AS PERSPECTIVAS DO PÓS-DESENVOLVIMENTO: CRÍTICAS À IDEIA E À PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

A corrente teórica de base pós-estruturalista e pós-colonial, com inspiração no pensamento de Michel Foucault (COSTA, 2006; VEIGA, 2006), que se consolidou pelo emprego do termo pós-desenvolvimento nasce nos anos 1980. Sob a égide não mais de uma crítica às propostas de desenvolvimento, mas de uma recusa sumária ao desenvolvimento. Como teorização coordenada sobre o tema, todavia, não é possível apontar o pós-desenvolvimento como um corpo uno e coeso de produção epistêmica. De modo inverso, as articulações entre seus partidários são dadas exclusivamente por críticas de fundo comum, em alguma medida retomadas reciprocamente por um mesmo conjunto de autores, tais como Escobar (2007, 2009), Esteva (2009, 2010), Rahnama (2010), Rist (2008) e Sachs (1990, 2010b), entre outros. As críticas mencionadas orbitam em torno de aspectos como o caráter etnocêntrico, positivista e patriarcal do Iluminismo e da Modernidade, instituições que balizam o conteúdo ideológico de todas as propostas de desenvolvimento, inclusive as alternativas, e que impõem processos disciplinadores sobre os anseios e expectativas das populações dos países do Sul global (DE VRIES, 2007; RADOMSKY, 2011).

A estrutura argumentativa das críticas produzidas pelo pós-desenvolvimento emana de dois flancos. Um centrado no apontamento das sucessivas falhas do desenvolvimento em cumprir suas promessas, enfatizando também a impossibilidade original de cumprimento destas, em razão das medidas de dominação e, na prática, espoliação que são revestidas de linguagem agradável e impostas como necessárias. O outro dirigido para a crítica da própria concepção de desenvolvimento em termos axiológicos. Uma espécie de recusa absoluta da ideia com base em princípios civilizatórios, culturais e

ideológicos, que alega a dispensabilidade do desenvolvimento e o caráter retoricamente construído do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento. Por razões de melhor exposição da ótica do pós-desenvolvimento, convém partir do primeiro flanco de críticas.

Tal linha de encaminhamento das críticas entende que as sucessivas conceituações de desenvolvimento não passam de adaptações linguísticas e de formato, com o intuito de harmonizar o referencial propositivo com as mudanças culturais. Sem qualquer modificação substancial no caráter das medidas preconizadas, sempre comprometidas com a reprodução do establishment por meio de instrumentos que reforçam relações desiguais,

Já que o desenvolvimento sempre implica transformação e tipicamente ocorre por meio de encontros entre insiders e outsiders localizados em posições de poder diferentes, as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações em que desigualdades de poder abundam. A dificuldade de realizar mudanças internamente à chamada ‘comunidade de desenvolvimento’ está intimamente relacionada ao fato de a mesma ser um campo de poder (RIBEIRO, 2008, p. 110).

O que significa dizer, como faz Escobar (2007), que a ideia de desenvolvimento – o imperativo da sua busca – foi muito hábil na formulação de um corpo de conhecimentos e de um sistema de poder sobre os países periféricos. Esse par, desde o discurso inicial de Truman<sup>1</sup>, produziu diversas teorias, estratégias e práticas exitosas na instituição de um regime de autoridade sobre o Sul global. Impondo, assim, uma condição de sujeição a esses povos e garantindo aos países desenvolvidos uma margem de controle sobre o resto do mundo.

La coherencia de los efectos logrados por el discurso del desarrollo es la clave de su éxito como forma hegemónica de representación: la construcción de los ‘pobres’ y ‘subdesarrollados’ como sujetos universales, preconstituídos, basándose en el privilegio de los representantes; el ejercicio del poder sobre el Tercer Mundo posibilitado a través de esta homogeneización discursiva (que implica la eliminación de la complejidad y diversidad de los pueblos del Tercer Mundo, de tal modo que un colono mexicano, un campesino nepalí y un nómada tuareg terminan siendo equivalentes como ‘pobres’ y ‘subdesarrollados’); y la colonización y dominación de las economías y las ecologías humanas y naturales del Tercer Mundo (ESCOBAR, 2007, p. 99-100).

O teor dessa dominação se manifestaria no fato de que os países e organismos internacionais que lideraram a promoção dos diferentes modelos de desenvolvimento permanecem recomendando os mesmos instrumentos: remodelamento das instituições, ampliação dos mecanismos de mercado e luta contra a pobreza. Embora atualmente estejam envolvidos por novos slogans politicamente corretos, como o combate à desigualdade de gênero e de caráter étnico, a sustentabilidade e o estímulo ao engajamento da sociedade civil nos programas de desenvolvimento. Ocorre que a essência do problema, a dinâmica desigual do sistema econômico vigente, não é jamais questionada, oblitera-se completamente o fato de que é justamente a lógica capitalista a responsável pela manutenção da pobreza e da desigualdade.

Desse modo, a retórica do desenvolvimento funciona apenas como um recurso discursivo que legitima a imposição de mecanismos de manutenção da estrutura de poder de um sistema econômico assimétrico. Uma vez que as medidas concretamente adotadas (liberação de empréstimos mediante implementação interna do receituário neoliberal) apenas aumentam a dívida externa de países que empregam mal – ou pior, apenas para o cobrimento de suas balanças de pagamentos – os recursos que obtêm, mantendo-se, assim, em uma situação de sujeição e dependência (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, 2007, 2008).

O desenvolvimento é uma luz ilusória no fim do “túnel”, pois guia os habitantes dos países subdesenvolvidos por uma caminhada em que a cada passo que dão habilitam as condições para que o “túnel” se torne mais longo e a luz mais distante. Para Sachs (2010a, 2010b, 2010c), trata-se de um instrumento perverso que funciona habilmente como sucessor do ideal da independência. Finda a dominação colonial e imperialista (oficialmente), qualquer custo social ou constrangimento político seria agora válido, pois havia em jogo uma aspiração maior, uma recompensa redentora. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento talha as relações Norte-Sul sob certo corte, não apenas escudando a dominação e a manutenção de práticas espoliativas sob uma aura de legitimidade, mas também assegurando ao Norte e

aos organismos financeiros internacionais a conveniente chancela da generosidade. Afinal, apenas agentes benevolentes permanecem concedendo empréstimos a países reincidentes no descumprimento das metas acordadas.

Dito de outro modo, os discursos hegemônicos sobre o desenvolvimento constroem promessas tão críveis que são capazes de turvar a inviabilidade estrutural de sua universalização. Com isso, perde-se de vista a impossibilidade material de generalizar um desenvolvimento nos moldes daquele partilhado pelo eixo Estados Unidos-Europa-Japão, conforme já apontado por autores que dedicaram a vida à defesa do desenvolvimento, caso de Furtado (2000). É a legitimidade fabricada desse discurso com tom de doutrinação cultural que nega ao Sul global a possibilidade do que Massey (2008) chama de outras trajetórias, aprofundando a crítica do pós-desenvolvimento em seu segundo flanco, o questionamento axiológico da validade e da necessidade do desenvolvimento.

Mais do que um conjunto de promessas e proposições incapazes de levar ao alcance das primeiras, por seu caráter perpetrador da desigualdade, o desenvolvimento é a consolidação do projeto de ocidentalização inscrito na racionalidade moderna. Carrega consigo um intento de homogeneização que degrada a multiplicidade cultural ou dela se apropria corrosivamente (SHIVA, 2003, 2010). Esse processo se desencadeia sob uma lógica comparativa binária muito elementar e, por isso mesmo, facilmente disseminada e internalizada. Como explica Said (1990), a superioridade do Ocidente se constrói como consequência natural da inferioridade do Oriente e dos países subdesenvolvidos (o próprio termo é bastante funcional). Assim, a racionalidade soberana e benevolente que é a marca do Ocidente é também a reafirmação da inferioridade irracional dos demais países e de sua incapacidade inata de pensar o seu destino. Daí a necessidade do beneplácito da ajuda externa a quem ainda não está pronto para caminhar com os próprios pés.

É nesse ponto que a crítica do pós-desenvolvimento transpõe sua contraposição ao conteúdo discursivo e às falácias propositivas do desenvolvimento e passa a olhar para os problemas axiológicos da própria ideia de desenvolvimento. Trata-se de dizer, como faz Esteva (2009, 2010), que a distinção entre Norte e Sul, com base no apontamento da superioridade racional do primeiro e da inferioridade do segundo, não é falsa apenas em termos culturais, mas também materiais. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não existe, é uma condição que em 20 de janeiro de 1949 foi imposta à maior parte do mundo como estereótipo e como sina. Um arquétipo indecoroso que, revestido da autoridade civilizatória de quem o proferiu e endossou, adquiriu status de verdade incontestável. O Sul não era subdesenvolvido antes de Truman e não apenas porque a terminologia e o seu conteúdo impositivo e pejorativo não eram globalmente veiculados. Mas porque o subdesenvolvimento, como condição material da existência dos povos do Sul, foi produzido por processos como a Revolução Verde, o imperativo da industrialização e a degradação ambiental e social decorrente das diferentes “receitas” prescritas a esses países por organismos multilaterais.

Antes disso, o Sul global não era subdesenvolvido, era apenas um conjunto de sociedades caracterizadas pela presença de formas de vida diversificadas e únicas, não passíveis de comparações com o Norte. O discurso oficial do desenvolvimento negou a tais países a concretização dos potenciais contidos nesses formatos de existência singulares e lhes impôs um tortuoso caminho de conversão. As privações materiais de que padeciam as populações do Sul global antes da “descoberta” do subdesenvolvimento poderiam ser entendidas como marcas de sociedades ancestrais, nas quais a frugalidade pautava o atendimento de suas necessidades de subsistência, inexistindo a obsessão pelo consumo que define o ideal de vida das classes médias dos países desenvolvidos. A própria ideia de escassez que subjaz às políticas de combate à pobreza dos organismos internacionais não passa de consequência natural de um padrão urbano produtivista e consumista. Padrão que degrada e segrega os povos do Sul global, lhes negando sua frugalidade ancestral e os condenando à exclusão social em cidades inchadas e estruturalmente inviáveis (ESCOBAR, 2010; SACHS, 1990).

O desejo de desenvolvimento que permeia a existência desses povos explorados, portanto, é uma farsa (DE VRIES, 2007). Foi culturalmente incutido nessas populações através da associação de seu passado a uma existência de penúria material e privações indignas e da idealização de alguma forma de *american way of life*. Para o pós-desenvolvimento, o subdesenvolvimento é o produto da busca pelo desenvolvimento, o maior problema do Sul global é a compreensão que esses povos construíram de si mesmos. Por isso, o pós-desenvolvimento indica a necessidade de completo abandono da ideia de desenvolvimento e de incorporação de certos entendimentos no plano dos imaginários coletivos e

também das ações práticas:

A nivel de los imaginarios, el posdesarrollo apunta a la creación de un espacio/tiempo colectivo donde el ‘desarrollo’ cese de ser el principio central que organiza la vida económica y social. Esto implica los siguientes elementos: cuestionar la preeminencia del concepto de crecimiento económico y desarrollo y su historicidad (visión dominante de la modernidad); desarticular paulatinamente en la práctica el modelo de desarrollo basado en la premisa de la modernización, la explotación de la naturaleza como ser no vivo, la exportación, y la acción individual. Por el lado afirmativo, implica a) reconocer la multiplicidad de definiciones e intereses alrededor de las formas de sustento, las relaciones sociales, y las prácticas económicas y ecológicas; b) el diseño de políticas desde cosmovisiones relacionales, en vez de la cosmovisión dualista dominante; c) establecer diálogos interculturales alrededor de las condiciones que podrían devenir en un pluriverso de configuraciones socio-naturales (multiplicidad de visiones, tales como liberales y comunales, capitalistas y no capitalistas, etc.); d) propender por formas de integración regional autónomas en base a criterios ecológicos y de desarrollo autocentrado (no dictado por los requerimientos de la acumulación mundial de capital), a niveles subnacionales, nacionales, regionales, y globales (ESCOBAR, 2009, p. 445).

De modo geral, o âmbito propositivo das discussões do pós-desenvolvimento orbita sobre a valorização das formas de vida das sociedades tradicionais. Nesse sentido, são enfatizados os aspectos colaborativos das coletividades tribais e a importância da recuperação contemporânea dos valores e conhecimentos que permeiam a constituição de tais sociedades. Defende-se veementemente a recuperação de valores culturais ancestrais e o abandono da racionalidade e do sistema de conhecimento difundido pela modernidade. Em especial, recusa-se em absoluto o termo desenvolvimento e qualquer iniciativa que se proponha a transformar a realidade do Sul global com base em um modelo final pré-concebido. Ao mesmo tempo, acena-se para a importância do rompimento com a lógica macroeconômica global, a partir do abandono coletivo do sistema de valores que a sustenta e legitima, a modernidade. Apesar de reconhecer amplamente muitos dos pontos colocados por essa corrente, o presente artigo não se alinha a ela. Apresentar algumas contraposições às suas perspectivas pode ajudar a elucidar o porquê desse não alinhamento.

## INCONSISTÊNCIAS ENTRE A CRÍTICA DO PÓS-DESENVOLVIMENTO E SEU INCIPIENTE NÚCLEO PROPOSITIVO

Objetivamente, os autores pós-desenvolvimentistas – dentre os quais, deve-se admitir, Escobar (2007) é o mais arrazoado em suas proposições práticas (RADOMSKY, 2011; SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013) – recorrem a propostas vagas, que ora apontam para a necessidade de constituição de uma sociedade fundada sobre bases mais materialmente despojadas, ora evocam o protagonismo dos movimentos sociais na nova era que se descortina. Uma oratória que frequentemente resvala na romantização<sup>2</sup> desses movimentos. O fato é que, a despeito da pobreza propositiva<sup>3</sup> do pós-desenvolvimento, os anos recentes têm presenciado o surgimento de uma profusão de propostas alternativas de desenvolvimento, as quais buscam contrapor-se ao histórico dos projetos e processos já associados a esse termo.

No entanto, para alguns autores, essas alternativas não passam de retoques de uma sofisticada maquiagem sobre a essência do mainstream. Com isso, certos processos, como a construção de consensos negociados em torno da definição de prioridades locais, são tratados como uma esterilização de conflitos para a planificação capitalista (MONTENEGRO GÓMEZ, 2007). Uma linha de argumentação que tende a questionar mais o princípio democrático do que os vícios e assimetrias que limitam a sua aplicação. Essas assimetrias são lembradas, entretanto, quando se trata de questionar a possibilidade de diálogo entre atores com diferentes margens de ação e influência, devido à posição que ocupam em diferentes geometrias de poder (MONTENEGRO GÓMEZ, 2008), já que se ignora ou negligencia a ênfase na equidade das propostas alternativas de desenvolvimento.

É prudente pontuar que não pretende com isso idealizar as possibilidades de parcerias equânimes entre grupos situados em extremos opostos em geometrias de poder contrastantes (MASSEY, 2008).

Tampouco se tenciona questionar a legitimidade das lutas históricas de movimentos sociais por direitos que lhes foram sistematicamente negados. Menos ainda, sugere-se pôr em xeque o fato de que grande parte das relações de convivência harmônica entre pequenos e grandes produtores rurais, por exemplo, envolve lógicas de exploração, sutilmente encobertas pelo signo da generosidade patronal. Todos esses pontos são verdadeiros, mas nenhum deles permite a afirmação taxativa da impossibilidade de relações dialógicas e cooperativas entre grupos diferentemente posicionados no espectro de poder. Mais que isso, nenhum dos reconhecimentos acima respalda uma atitude de fechamento prévio à multiplicidade de possibilidades abertas pela dinâmica da interação social. Ou não haveria sentido em debater-se qualquer proposta de ação social (MASSEY, 2004, 2008).

A crítica pós-desenvolvimentista, contudo, é ainda mais ampla e estende sua contestação das abordagens clássicas do desenvolvimento às vertentes alternativas de aplicação do vocábulo. Uma desconsideração e mal-ajambrada homogeneização das significativas mudanças propositivas que ocorreram na ideia ao longo dos anos. Uma vez que, como coloca Pieterse (1998, 2010), embora seja possível afirmar a transformação do desenvolvimento alternativo em mainstream, é impossível negar a divergência entre o conteúdo das proposições atuais de desenvolvimento e o teor das ideias originais de Truman. Se a austeridade econômica ainda domina as prescrições dos organismos multilaterais, sua função foi reduzida à garantia de estabilidade econômica e responsabilidade fiscal, não mais lhe cabe o papel de motor do desenvolvimento. Desenvolvimento e crescimento econômico há muito deixaram de ser sinônimos para as instituições que representam o mainstream.

Claro, há também a sempre possível evocação de que o desenvolvimento só apresenta pequenas retificações, desviando-se do âmago do problema: o caráter excludente, segregatório e produtor de desigualdade do sistema econômico capitalista (MONTENEGRO GÓMEZ, 2007). Assim, em face das limitações de origem impostas pela dinâmica macroeconômica, constrói-se uma crítica pela crítica, que ataca a retórica do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007), mas que não consegue ultrapassar o plano do discurso. Nenhuma alternativa ao mundo da mercadoria é levantada, o pós-desenvolvimento faz de um ceticismo absoluto e essencialmente lacônico em termos propositivos o seu escudo (MORAES, 2006; POLLARD et al., 2000).

Desenvolvimento, é preciso lembrar, é apenas um verbete, uma palavra, uma unidade linguística, seu conteúdo ou núcleo de significado para as propostas alternativas que o empregam é o de mudança para melhor (PEET, 2007; SACHS, 2008; SOUZA, 2013). Uma definição que pode parecer imprecisa e realmente o é, porque o que se pretende não é

[...] definir um conteúdo específico para o ‘desenvolvimento’, como sói acontecer, [...] [mas sim] propor, discutir e testar princípios e critérios tão abertos (mas também tão coerentes) quanto possível, de maneira que a definição do conteúdo da ‘mudança para melhor’ seja deliberadamente reservada como um direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais (sujeitos, protagonistas), e não um privilégio do analista (SOUZA, 2013, p. 262-263, grifo do autor).

Há de se admitir diversos pontos nos argumentos pós-desenvolvimentistas. De fato, o histórico do desenvolvimento justifica a acusação de que seus projetos apenas forneciam um envoltório discursivo para estratégias impositivas de direcionamento dos fluxos de capital para os países já ricos. Também é legítimo que se questione um desenvolvimento autointitulado como via única (a da ocidentalização), negligenciando a possibilidade de existência de outros caminhos. Porém é necessária ponderação ao avançar além daqui. Primeiro, porque essa não é a proposta de muitas concepções alternativas de desenvolvimento, como o desenvolvimento incluyente de Ignacy Sachs (2008) ou as amplas discussões sobre desenvolvimento territorial (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007; SAQUET, 2019), entre outras abordagens. Segundo, porque há o risco de incorrer no erro em que o pós-desenvolvimento explicitamente resvala: amalgamar diversidade e desigualdade em uma miscelânea, tornando difícil a distinção entre o que exatamente quer-se preservar.

Trata-se de um ímpeto pós-moderno muito bem incorporado pelo pós-desenvolvimento, uma condescendência passiva ante a desigualdade (nomeada diversidade) que a lúcida autocrítica de Bauman (1999) denuncia:

As notícias da pobreza e do sofrimento humanos surgem hoje como relatos mais coloridos em meio às muitas

imagens sobre as várias formas de vida que as pessoas escolheram ou estão fadadas a levar (pela história, a religião, a cultura). Para uma mentalidade ensinada a tratar a sociedade como um projeto inacabado que cabia aos administradores completar, a pobreza era uma abominação; sua expectativa de vida dependia exclusivamente da determinação administrativa. Para a mentalidade que repele as visões globais, desconfiada de todos os projetos de engenharia social, essa pobreza não passa de um elemento na infinita variedade da existência. Mais uma vez, como nos tempos pré-modernos, convictos da sabedoria inescrutável e atemporal da ordem divina, podemos conviver com visões diárias de fome, falta de teto, vidas sem futuro e dignidade e, ao mesmo tempo, viver felizes, gozar o dia e dormir tranquilamente à noite (BAUMAN, 1999, p. 272).

Nesse processo, perde-se o que Peet e Hartwick (2009) chamam de senso de urgência e se torna fácil esquecer que milhões de pessoas vivem hoje na pobreza extrema. Em uma relativização desmesurada e quase irracional de qualquer formulação teórica postulada<sup>4</sup> (MARKUSEN, 1999; PACIONE, 1999; SOKAL; BRICMONT, 2010), a própria ideia de pobreza – não seriam formas menos materialistas de existência? (RAHNEMA, 2010) – é posta em xeque e se passa a questionar o sentido do termo “melhor” na ideia de mudança para melhor. A afirmação de Peet e Hartwick (2009) sobre a ansiedade em integrar-se em projetos de desenvolvimento de milhões de pessoas, que vivem hoje em condições sub-humanas de existência, é tratada como uma vontade condicionada pela sedução de uma narrativa. As pessoas foram doutrinadas a querer o desenvolvimento. Ante um questionamento dessa natureza, que lança dúvidas sobre a autenticidade do desejo de abandonar a inóxia, a penúria e o pauperismo, a colocação de Massey (2006) – uma crítica severa do desenvolvimento unidirecional e antidemocrático – parece ser a melhor resposta: em qualquer cultura ou sociedade “agua limpia sin duda es mejor que agua sucia” (MASSEY, 2006, p. 12).

Sim, existem discursos hegemônicos sobre desenvolvimento, mas o problema não são esses discursos em si mesmos, também não é o conhecimento ocidental ou as tecnologias que tais discursos e conhecimento produziram, o problema são as assimétricas relações de poder que se valem desses instrumentos (FRASER, 2000).

As análises pós-estruturalistas geralmente esquecem, na prática, a agência por trás do discurso, ou generalizam demais a agência como ‘modernidade’ ou ‘poder’ [...]. Há uma ênfase excessiva na representação e no enquadramento dos imaginários em detrimento da praticidade e da ação (PEET; HARTWICK, 2009, p. 233, tradução nossa).

Em consonância com a compreensão desses autores, entende-se que o desenvolvimento já foi e ainda é utilizado por projetos que se desvirtuam da proposta equânime de uma vida melhor para todos. Todavia, isso não significa que a busca por transformações positivas deva ser abandonada em favor de uma indulgência contemplativa da diversidade/desigualdade. A ideia de desenvolvimento tem ainda um imenso potencial não realizado e passível de apropriação por parte daqueles que dela mais precisam.

Dessa apreensão se depreendem dois entendimentos. O primeiro é o de que os autores alinhados ao pós-desenvolvimento apresentam reflexões importantes e necessárias. Tais reflexões emanam do flanco da corrente centrado na indicação dos sucessivos fracassos propositivos do desenvolvimento e das inconsistências e insuficiências presentes em propostas de desenvolvimento alternativos<sup>5</sup>. Essas críticas denunciam os artifícios empregados por discursos hegemônicos nos processos de cooptação do potencial social de muitas proposições recentes. Além disso, o pós-desenvolvimento visibiliza a presença de tendências etnocêntricas em certas construções retóricas e estimula um repensar sobre o caráter artificial de muitos dos pilares da sociedade contemporânea. Por isso, Watts e Peet (1996) e Souza (1996) propõem a incorporação de parte das críticas do pós-desenvolvimento nas formulações alternativas de desenvolvimento, como um mecanismo de alerta em face da possibilidade de incorrer em erros passados e da necessidade de constante aprimoramento de todas as propostas concebidas.

Em linguagem mais objetiva, é preciso pensar o pós-desenvolvimento como um elemento para a construção de um campo propositivo, que olhe para frente e não beatifique um passado que pode não conter nada além da projeção das expectativas frustradas do presente. Por certo, memória e tradições culturais não podem ser esquecidas, de modo inverso, devem ser aproveitadas com vistas ao enfrentamento das condições presentes. Porém heranças do passado são trunfos e diferenciais, não amarras que impedem de ver o futuro que se abre além da idealização do passado. Não se propõe uma

imposição do tempo à vida ou uma redução do espaço ao tempo nas palavras de Massey (2004, 2006), mas um conjunto coordenado de ações e eventos que mobilizem a realidade em uma direção desejável para aqueles que a constituem.

Já o segundo entendimento depreendido diz respeito à vertente de críticas do pós-desenvolvimento concentrada em professar o completo abandono da ideia de desenvolvimento. Compreende-se, conjuntamente com Pacione (1999) e Souza (1996), que não se pode renegar definitivamente uma ideia em razão das cooptações não equânimes dela já realizadas. O desenvolvimento não é intrinsecamente perverso, como postula um tanto quanto catastroficamente Rist (2008). De modo inverso, é apenas uma palavra que exprime um ideal democrático e humano: tornar a realidade menos socialmente perversa. A impossibilidade factual de fazer isso em bloco e sistemicamente não consiste em argumento válido para embargar a formulação de alternativas. Não há medida mais eficiente de manutenção do status quo do que a inércia e, como pontua Pieterse (2010), poucas abordagens combinam tanto com a retórica neoliberal quanto aquela que preconiza que nada pode ser feito.

De fato, reconhece Markusen (1999), é difícil pensar um projeto intelectual e operacional de sociedade em um mundo amplamente dominado por elites financeiras e industriais com margens de ação que extrapolam em muito as possibilidades de reação de alguns lugares. Entretanto, se forças maiores que os lugares se constituem a partir deles, então existem brechas, lacunas, fendas por onde se pode construir possibilidades factíveis de mudança. Não existe certeza acerca dos resultados, das consequências que a mobilização de ações nesse sentido pode gerar. Todavia, existe a certeza de para onde a inação ou apatia pode levar. “O que se pode esperar não é mais o melhor dos mundos, mas um mundo melhor” (MORIN, 2013, p. 381). Não se trata mais de propor grandes rupturas, mas pequenos avanços, que pavimentam um caminho viável para sociedades menos assimétricas.

## CONCLUSÃO

O exercício teórico realizado neste artigo propôs uma reflexão sobre a base teórica, os argumentos e as proposições do pós-desenvolvimento. Feito isso, a discussão realizada permitiu uma análise crítica do conteúdo difundido pela corrente e optou pela retenção das críticas capazes de apontarem para a construção de projetos aprimorados de desenvolvimento e pelo afastamento das ideias que pouco podem colaborar para processos de mudança para melhor na vida das pessoas. Dificilmente alguma formulação teórico-propositiva se mostra imune a limitações, falhas e lapsos. Apontar esses limites é válido para o avanço das discussões sobre o tema, o que não é válido é a desconsideração total das ideias postas por suas imperfeições. É assim que se enxerga o desenvolvimento e também o próprio debate no campo da construção do conhecimento.

Fruto de discursos hegemônicos, o desenvolvimento se revestiu, ao longo dos anos, de roupagens com prazo de validade curto, incapazes de resistir à constatação do fracasso de seus projetos e processos em alcançar a ideia sempre prometida: uma vida melhor para todos. O reconhecimento dessa conjuntura levou um conjunto de autores a romper com o desenvolvimento e acusá-lo de principal responsável por qualquer tipo de mazela que tenha assolado o mundo desde a segunda metade do século XX. Muitos dos pontos levantados pelas críticas do pós-desenvolvimento são relevantes, apenas não são aqueles que confundem a ideia com os usos dela feitos. O desenvolvimento não inventou a desigualdade, a injustiça social ou a má distribuição de renda. É verdade que muitos de seus projetos levaram a um agravamento desses problemas, mas desde o ludismo já se sabe que não se pode culpar as máquinas pela exploração dos trabalhadores. Quando uma ideia ou ideal é deturpado, não se abandona o ideal, mas se luta pela sua efetiva construção.

## AGRADECIMENTO

Este trabalho é uma produção resultante de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no período entre 01/04/2018 e 30/11/2020 (Bolsa Regular de Doutorado, processo nº 2017/04889-3). No entanto, as opiniões, hipóteses e conclusões expressas neste artigo são de responsabilidade das autoras e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## NOTAS

1- A literatura acadêmica, seja ela partidária (PEET; HARTWICK, 2009; SOUZA, 1996; WATTS; PEET, 1996) ou desertora (ESTEVA, 2009; MONTENEGRO GÓMEZ, 2006; SACHS, 1990) do desenvolvimento, costuma concordar sobre a datação do momento em que o termo desenvolvimento alcançou o status de imperativo global: o discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949. Quando Truman referiu-se aos países que compõem o eixo Estados Unidos, Europa e Japão como desenvolvidos e aos países que integram a América Latina, África e parte da Ásia como subdesenvolvidos e declarou ao mundo a missão histórica do primeiro grupo de países de guiar os últimos rumo ao desenvolvimento.

2- Cabe menção à existência de posturas críticas em visões relativamente alinhadas ao pós-desenvolvimento, caso de Hobart (1993), que rejeita enfaticamente a idealização dos movimentos sociais e o atavismo opressivo contido em olhares idílicos sobre o passado.

3- O próprio Orlando Fals Borda, ao assinar a introdução do livro de Escobar (2007), o reconhece.

4- Novamente, é devida a ressalva à posição de Hobart (1993) no que concerne à inclinação pós-moderna de questionar a existência de qualquer validade na produção científica de conhecimento: “Embora possa não haver uma posição neutra privilegiada para capturar uma verdade atemporal, não se segue que todas as representações sejam iguais ou que nada que valha a pena possa ser dito” (HOBART, 1993, p. 12, tradução nossa).

5- É pertinente sopesar essa afirmação, destacando certo pendor do pós-desenvolvimento a ignorar formalmente muitas das reformulações já presentes nas propostas alternativas de desenvolvimento. Exemplo disso pode ser encontrado pela retomada, na seção anterior, dos postulados imaginários e práticos preconizados pelo pós-desenvolvimento na compreensão de Escobar (2009), que se tratam, de modo geral, de apontamentos reconhecidos e endossados por grande parte das concepções alternativas de desenvolvimento atualmente.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 334p.
- COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.
- DE VRIES, P. Don't compromise your desire for development! A lacanian/deleuzian rethinking of the anti-politics machine. Third World Quarterly, v. 28, n. 1, p. 25-43, 2007.
- DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.
- ESCOBAR, A. La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. 419p.
- ESCOBAR, A. Planning. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010. p. 145-160.
- ESCOBAR, A. Una minga para el postdesarrollo. America Latina em Movimento, Quito, ano XXXIII, época II, p. 26-30, jun. 2009.
- ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010. p. 1-23.
- ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida. America Latina em Movimento, Quito, ano XXXIII, época II, p. 1-5, jun. 2009.
- FRASER, N. Rethinking recognition. New Left Review, London, v. 3, p. 107-120, May/June 2000.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 92p.

- HOBART, M. Introduction: the growth of ignorance? In: HOBART, M. (ed.). *An anthropological critique of development: the growth of ignorance?* London: Routledge, 1993. p. 1-30.
- MARKUSEN, A. Fuzzy concepts, scanty evidence, policy distance: the case for rigour and policy relevance in critical regional studies. *Regional Studies*, Brighton, v. 33, n. 9, p. 869-884, 1999.
- MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.
- MASSEY, D. La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.). *Panorama da geografia brasileira I*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 11-19.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. *Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia*. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 39-54.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. Los límites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: FERNANDES, B. M. (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 249-274.
- MORAES, A. C. R. Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). *Panorama da Geografia Brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 39-46.
- MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 392p.
- PACIONE, M. Applied geography: in pursuit of useful knowledge. *Applied Geography*, v. 19, p. 1-12, 1999.
- PEET, R. Imaginários do desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.
- PEET, R.; HARTWICK, E. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*. 2nd. ed. New York: The Guilford Press, 2009. 324p.
- PIETERSE, J. N. *Development Theory: deconstructions/reconstructions*. 2nd. ed. London: SAGE, 2010.
- PIETERSE, J. N. My paradigm or yours? *Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development*. *Development and Change*, Oxford, v. 29, p. 343-373, 1998.
- POLLARD, J.; HENRY, N.; BRYSON, J.; DANIELS, P. Shades of grey? *Geographers and policy*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, London, v. 24, i. 2, p. 131-136, 2000.
- RADOMSKY, G. W. *Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, fev. 2011.
- RAHNEMA, M. Poverty. In: SACHS, W. (ed.). *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010. p. 174-194.
- RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 109-125, mar. 2008.
- RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. 3. ed. London: Zed Books,

2008. 288p.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151p.

SACHS, W. Introduction. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010a. p. xv-xx.

SACHS, W. One world. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010b. p. 111-126.

SACHS, W. Preface to the New Edition. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010c. p. vi-xiv.

SACHS, W. The archaeology of the development idea: six essays. Interculture, Montreal, v. XXIII, n. 4, p. 1-37, Fall 1990.

SAID, E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370p.

SAQUET, M. A. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. Geotema, Roma, Suplemento 2019, p. 5-16, 2019.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecology: foundations in agrarian social thought and sociological theory. Agroecology and Sustainable Food Systems, London, v. 37, n. 1, p. 32-44, 2013.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. 240p.

SHIVA, V. Resources. In: SACHS, W. (ed.). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010. p. 243-259.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. Imposturas intelectuais: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 316p.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, 1996.

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013. 319p.

VEIGA, J. E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006.

WATTS M.; PEET, R. Conclusion: towards a theory of liberation ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (ed.). Liberation ecologies: environment, development, social movements. London: Routledge, 1996. p. 260-269.